

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.036 - SP (2019/0014430-9)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ADVOGADOS : REINALDO APARECIDO CHELLI E OUTRO(S) - SP110805  
LEDA ZACARIAS AFONSO - SP081638  
AGRAVADO : VICTOR SILVA CROSATTI  
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS SOARES JUNIOR E OUTRO(S) - SP333042  
MARIO MIAISI VAITI FILHO - SP259876

**DECISÃO**

*TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ICMS. INSCRIÇÃO ESTADUAL DE EMPRESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO MPF.*

1. Trata-se de Agravo em Recurso Especial apresentado contra decisão que inadmitiu Recurso Especial, interposto pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a* da Constituição da República.

2. O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do ilustríssimo Subprocurador-Geral da República FLÁVIO GIRON, opinou pelo não conhecimento do Agravo e, se conhecido, pelo seu desprovimento (fls. 557/560).

3. É o relatório.

4. Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o Recurso Especial, considerando: incidência das Súmulas 280/STF e 7/STJ.

5. Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente: a incidência da Súmula 280/STF.

6. E como cedo, não se conhece do Agravo em

Recurso Especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

7. A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4o., I, DO CPC/1973. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.*

[...]

*3. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, nos termos do art. 544, § 4o., I, do CPC/1973, o conhecimento do agravo em recurso especial está condicionado à impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que nega admissibilidade ao apelo nobre, sejam eles autônomos ou não. Precedentes.*

[...]

*5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento (EDcl no AREsp 419.689/ES, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24.5.2016, DJe 8.6.2016).*

8. Nesse sentido, ainda, os seguintes precedentes:

AgInt no AREsp. 880.709/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 17.6.2016; AgRg no AREsp. 575.696/MG, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 13.5.2016; AgRg no AREsp. 825.588/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 12.4.2016; AgRg no AREsp. 809.829/ES, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 29.6.2016; e AgRg no AREsp. 905.869/ES, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 14.6.2016.

9. Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nega-se seguimento ao Agravo em Recurso Especial da FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 30 de maio de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

